



FACULDADE STELLA MARIS
Curso de Relações Internacionais

Francisca Rijarda Aristóteles

**CIDADES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE
SOBRE A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO E DA
PARADIPLOMACIA NA CIDADE DE SÃO PAULO**

FORTALEZA - CE

2013

Francisca Rijarda Aristoteles

**CIDADES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE
SOBRE A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO E DA
PARADIPLOMACIA NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Stella Maris para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Mestre José Maurício Vieira Filho.

FORTALEZA

2013

FICHA CATALOGRAFICA

A716c Aristóteles, Francisca Rijarda
 Cidades e Relações Internacionais: Uma análise sobre a influência
da Globalização e da Paradiplomacia na Cidade de São Paulo/ Francisca Rijarda
Aristóteles -- Fortaleza: 2013

45 f.

Orientador (a): Ms. José Maurício Vieira Filho

Monografia (Curso de Relações Internacionais) – Faculdade Stella
Maris- FMS

1. Estado. 2. Paradiplomacia. 3. Globalização I. Título.

FSM

CDD - 303

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador Mestre José Maurício Vieira Filho

Professora Mestre Joana Laura Marinho Nogueira

Professor Mestre Vanilo Cunha de Carvalho Filho

Aprovado em 18 de Dezembro de 2013.

Para Giovanni e Artur.
Para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão aos mestres do ensino e da troca dos saberes.

Aos professores do Curso de Relações Internacionais, o primeiro do estado do Ceará.

Agradeço à Faculdade Stella Maris, na pessoa da Professora Alessandra Fontenelle pelo pioneirismo. Deixaram suas marcas os professores Raquel Neiva, Fabiano Távora, João Bosco Monte, Mariana Ferraro, Silvana Batista, Joana Nogueira.

Renata Dantas de Oliveira, amiga e mestre querida.

Ao sempre mestre Philippe Gidon, meu agradecimento especial pelas boas conversas teóricas.

Em especial ao meu orientador mestre Maurício Vieira pelos caminhos iluminados.

Ao Professor e Diretor Gino Bacci, um especialíssimo agradecimento. Por tudo.

Aos colegas com quem trocamos muitas ideias na ânsia do conhecimento.

Ao Instituto da Cidade.

A inquietude parece ser a melhor impulsão para mover o conhecimento. As Relações Internacionais como disciplina convergente de todas as demais da área de humanidades, impulsiona o conhecimento muito mais pelas perguntas do que por respostas, já que seu objeto de análise constituem-se de cenários e seus interrelacionamentos. O Internacionalista, com suas ferramentas teóricas, é um observador ativo, um voyeur das realidades internacional e doméstica seja de qual época for. Portanto, é antes um destemido curioso, assim como qualquer um outro cientista.

Rijarda Aristóteles

RESUMO

As Cidades assumem papel preponderante neste início de século XXI por seu protagonismo internacional. Para a compreensão da sua gênese buscou-se em Aristóteles e na Pólis Grega, no que melhor define a “cidade do bem viver”. O contraponto importante com as Cidades Globais, expressão atual do capitalismo financeiro internacional. A pesquisa promove um breve histórico sobre a formação do Estado Moderno, Paradiplomacia e Globalização. Questionamentos são postos como tentativas de compreensão do fenômeno convencionalizado de Globalização, como resultado de rearranjo do capitalismo moderno. Para estudo de caso optou-se por estabelecer um paralelo de conhecimento entre as cidades globais, questionando-se as assimetrias existentes. Aplica os conceitos de Paradiplomacia e Globalização na cidade de São Paulo.

Palavras-chaves: Estado, Paradiplomacia, Cidades, Globalização.

ABSTRACT

Cities take leading role in the beginning of XXI century for its international leadership. It becomes objects of important scenario analyzes for the social scientist. For understanding its genesis sought in Aristotle and the Greek Polis, what best defines the "city of good living". The important counterpoint with Global Cities, current international expression of financial capitalism. Claims are placed as attempts to understand the phenomenon of globalism agreed as a result of rearrangement of modern capitalism. questioning existing asymmetries in a network that aims homogenous goals and results. Paradiplomacy and Globalization in the São Paulo city

Keywords: State, Paradiplomacy, Cities, Globalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
 CAPÍTULO 1	
ESTADO MODERNO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
1.1 Estado Moderno: da formação à atualidade.....	12
1.1.1 O Estado da Paz de Vestfália	13
1.1.2 O Estado da Paz de Viena.....	15
1.1.2.1 Concertos Europeus: Experiência Organizacional de Hegemons.....	16
1.1.3 O Estado pós Guerra Fria.....	18
 CAPÍTULO 2	
CIDADES E PROTAGONISMO URBANO	20
2.1 A Cidade em Aristóteles	20
2.2 Globalização: Cidade Global e Mercado Mundial.....	22
2.3. Paradiplomacia: Protagonismo Internacional da Cidade	25
 CAPÍTULO 3	
A CIDADE DE SÃO PAULO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	30
CONCLUSÃO: Novos paradigmas	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

“Se eu soubesse que o mundo acabaria amanhã, ainda assim eu plantaria uma árvore hoje”. Donella Meadows (1941-2001)

O século XVII é uma referência importante para as Relações Internacionais por ter presenciado a concretização das alterações de paradigmas e que conformaram a ideia de Estado. A conceituação do Estado Moderno, com seus pilares fundamentais de soberania, território e povo foi o divisor de tempo e do giro da roda da história que perdura em sua gênese. O mundo presenciava a mudança a partir da Europa que cansada das guerras religiosas por terra e poder, tornava-se fonte da constitucionalidade e deliberações surgidas de experiências coletivas, sejam de monarcas e, posteriormente, de Estados.

A Cidade como espaço de humanidade com experiência acumulada em tempos de filósofos gregos, sofria os reveses da centralização de poder no Estado recém constituído. Contudo, sempre foi o local de desenvolvimento econômico, político, relacional e cultural doméstico da história conhecida do homem. O processo de relacionamento adquirido moldou a cidade atual, ao sabor dos tempos, das lutas por poder do Estado, do crescimento desordenado e até do desenvolvimento sustentável. Busca-se, em tempos atuais, ainda um ideal de cidade como lugar do “bem viver”, pois o homem como algoz de si mesmo ainda sonha.

O presente estudo se propõe apresentar considerações sobre as relações internacionais, pontuando a ideia de cidade Estado na Grécia de Aristóteles e das cidades globais dos dias atuais. Para tanto foi dividido por capítulos iniciando com a conceituação do Estado moderno em três momentos históricos. Em todo o trabalho entrelaçam-se conceitos sobre a paradiplomacia, protagonismo das cidades e sobre a globalização como rearranjo do capitalismo financeiro. O estudo de caso apresenta a inserção internacional da cidade de São Paulo facilitada pela paradiplomacia principalmente após a criação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

A conceituação da cidade de São Paulo no rol das cidades globais é ressaltada em discussão sobre aspectos que unificam e que separam as cidades mundiais.

Propositadamente optou-se em não adentrar nas teorias clássicas conceptivas das Relações Internacionais ou sobre a formação do Estado por não ser seu objeto central. Assim parte-se dos conceitos convergentes sobre a formação do Estado. Nenhuma teoria nega o Estado como ator central do sistema internacional.

O primeiro tópico promove-se apresentação o Estado Moderno individualizado em três momentos distintos: seu início formal nos Encontros de Vestfália, em 1648; a Paz de Utrecht, em 1713; um novo momento com o Estado pós 1815, estabelecido no Congresso de Viena e, posteriormente, com e a partir dos anos 1990, com o fenômeno da internacionalização da tecnologia e a formatação da Globalização ou Mundialização. Neste processo percebe-se o ressurgimento da cidade.

A hipótese inicial apresentada aponta para o protagonismo da Cidade como ator subnacional que se expressa de forma agressiva em seu reconhecimento, principalmente por meio das Cidades Globais. Em contraponto, o paradigma do dever ser a Cidade que responde aos seus habitantes com o "bem viver", que busca semelhanças e cooperação internacional.

O presente estudo pretende trazer à luz o protagonismo das cidades, como o relacionamento com outros entes subnacionais, como as redes de cidades. Tem a intenção de apresentar a discussão do fenômeno das Cidades Globais.

A pesquisa tem por objetivo geral provocar algumas reflexões à luz da formação em Relações Internacionais, sobre a sociedade contemporânea, temporalmente sediada nos marcos do Sistema Capitalista em sua fase de capital financeiro, tecnológico e global. Parte do pressuposto de que a história da humanidade é cíclica. Percebe que, no campo subjetivo, o homem busca sua humanidade perdida em algum lugar da história.

1 CAPÍTULO

ESTADO MODERNO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Para tudo isso, também contribuiu a perda da influência da filosofia na formulação das ciências sociais, cuja interdisciplinaridade acaba por buscar inspiração na economia.” Milton Santos

“Nenhum Estado está só. Todo Estado existe ao lado de outros. Estados numa sociedade de Estados. Como as cidades gregas, assim são os Estados contemporâneos”. Norberto Bobbio

A análise do Estado é um tema atual e instigante do ponto de vista da pesquisa acadêmica. Objeto central do estudo das Relações Internacionais, apresenta sua face mais dinâmica, aparente e expressiva por meio das Cidades concebidas dentro da ideia de Estado. Não há Estado sem Cidade.

O surgimento do Estado Moderno - com os pilares de sua sustentação: território, povo e soberania - foi possível através dos Tratados de Vestfália, em 1648. BOBBITT (2006) indica um peculiar caminho apresentando as tipologias de Estado que surgem a partir dos Tratados de Vestfália, aos quais denomina-os em Estados territoriais, nações Estados-surgidos após o Congresso de Viena em 1815 - e os Estados nações, consideração importante na formação moderna do relacionamento internacional entre estados. Destes, destaca-se o papel da "opinião pública", a qual é atribuído um importante "poder" atraindo para si os olhares dos condutores do Estado. Com o Congresso de Viena, inicia-se, após 167 anos, uma mudança na finalidade do Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial, e mais precisamente após o fim da Guerra Fria, o “estadocentrismo”, base essencial dos estudos das Relações Internacionais, tem sua importância relativizada diante da Globalização da era moderna, de suas consequências e interfaces. Inicialmente entendida como acesso aos mercados mundiais, o termo e sua abrangência, passaram a significar acesso a todas as áreas do conhecimento e da cultura, o que provoca, em um mesmo sentido, um movimento de integração e fragmentação de espaços/pessoas/tempo decisivo para a formação contemporânea de Cidade (SANTOS, 2001). A redução do centralismo dos Estados nacionais em decisões brandas de respostas e alternativas aos direitos das gentes e nos relacionamentos internacionais, aumenta a autonomia para as cidades. Atualmente, os problemas e as perspectivas das cidades tornam-se

similares. Assim, promove a aproximação de interesses, favorecendo o surgimento das redes de cidades, de cooperação internacional descentralizada, de resposta mais rápida para os municípios. Por outro lado, há de se considerar as especificidades, interesses e características individuais de cada urbes.

1.1 Estado Moderno: da formação à atualidade

O presente estudo promove um recorte conceitual sobre a formação do Estado. Para a pesquisa, interessa somente a formação do Estado com as características presentes após os Tratados de Vestfália, em 1648. Não é interesse adentrar sobre o estudo aprofundado das organizações humanas, ou das importantes teorias sobre a formação do Estado, por ser já profícua a produção acadêmica sobre os temas. DALLARI Jr. (1990), comunga com a afirmação de que a organização social, em forma do que reconhecemos como Estado, com autoridade superior doméstica e com normas de convivência entre as populações, em essência, acompanha a história organizada dos homens, mesmo com denominações diferentes.

Para efeito, toma-se por base a definição de Estado, aceita como "o povo politicamente organizado em um determinado território, vivendo sob uma mesma ordem jurídica soberana, buscando o bem de todos" (DALLARI Jr.,1990). De acordo com o autor, esta forma de entendimento é a base da formação do Estado, originado com o Tratado de Vestfália, que é a caracterização inicial do que ficou convencionado como Estado Moderno. Este modelo de organização foi se moldando nas intempéries das relações entre homens e destes com a natureza, com focos diversos, de espaço e tempo, havendo atualmente uma certa relativização de poder.¹

¹ Há concordância de que há uma crise de identidade ou de poder com surgimento de vários atores nas relações internacionais: "*Hoje são atores das relações internacionais, além dos estados-nações,(...) as organizações internacionais, as organizações não governamentais, as comunidades regionais e os próprios indivíduos. Esta pluralidade de atores internacionais rompe, com certeza, a visão estadocêntrica do paradigma realista das relações internacionais e exige um paradigma que reconheça a pluralidade e a especificidade desses novos atores*". In Paradigmas das Relações Internacionais, Gilmar Antônio Bedin, 2011, p.130

1.1.1 O Estado da Paz de Vestfália

O arcabouço organizacional, com regras de convivência externa, iniciou-se com Estado Moderno, oficialmente configurado nos encontros conhecidos como a Paz de Vestfália. Em primeira instância, significou o afastamento do poder papal e o reconhecimento da independência dos Estados.

Com este modelo, as relações internacionais foram estabelecidas com os atores – únicos – do sistema de Estados, permanecendo até final do século XX, quando surgem novos protagonistas codividando espaços políticos de poder, reconfigurando o Sistema Internacional.

De direito, nas fases apresentadas em termos cronológicos, nos anos 1648 e 1713, 1815 e pós Guerra Fria, no começo dos anos 1990 – o Estado continua a ser o ator principal.

A Idade Média, como tempo, e a Europa, como cenário, entendia-se as relações humanas como construção, de certo modo, “divinas” sendo o cristianismo a expressão de poder fundamental da época. O Renascimento italiano, que marcou final da Idade Média, altera o conceito de homem e de sociedade. São pensadores, mercadores e artistas que interferem na concepção de mundo, a partir das ideias surgidas, principalmente, dentro do *stato* italiano. O poder dos monarcas e reis são fortalecidos com a quebra da hegemonia da igreja com as guerras.

Resultado de acordos, que pôs fim a um século de conflitos religiosos que culminou com o período conhecido como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Paz de Vestfália, formou uma comunidade de Estados com características semelhantes, onde são especificadas os elementos constituintes - com ênfase em base territorial, povo e na soberania deste espaço².

Nota-se que a Paz de Vestifália foi o marco de conceituação moderna da forma de organização social em Estados soberanos, em confronto ao modo organizativo da Idade Média, com poder centralizado na figura do Papa, ator com competências de arbitrar guerras e promover a paz.

² A referência sobre o significado da Paz de Vestfália especialmente para a quebra jurídica e de fato da velha ordem cujo ator principal era a Igreja pode ser consultada em José Flavio Sombra, org., in *Relações Internacionais Internacionais(...)* capítulo *Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)*, Amado Luiz Cervo: “) “*Com efeito, o Congresso de Vestfália foi o primeiro grande foro internacional dos tempos modernos, consagrou a superioridade do princípio da independência dos Estados, em assuntos internos e externos*”. p. 61

O processo resultante das guerras religiosas, por terras e poder material, entre católicos e protestantes, promoveu o encontro para a formação de uma sociedade internacional essencialmente europeia. Nasce, portanto, o primeiro e único ator da época moderna, o Estado, centro de todo poder e das relações entre os pares. A sociedade internacional surgida, a partir deste agrupamento de Estados soberanos, se assume como uma estrutura "tipicamente anárquica", desprovida de um poder centralizado.

A anarquia estabelecida no campo internacional no Estado Moderno é aplicada na política doméstica, que para WIGHT (2000), é determinada por leis e instituições, ao passo que a luta pelo poder move a política internacional. A dicotomia de poder existente e exercida pelo Estado nestas esferas é característica marcante do sistema internacional. Para WIGHT (2000), é a presença da anarquia que diferencia as duas políticas, "o estudo da política internacional pressupõe a ausência de um sistema de governo, assim como o estudo da política doméstica pressupõe a existência de tal sistema" (WIGHT, 2000, p.321). O que difere os dois sistemas de atuação do Estado é a autoridade existente no plano doméstico, capaz de manter a ordem enquanto que no plano externo reina a anarquia. O cenário internacional é uma arena onde confluem uma multiplicidade de atores e potências sem a presença de governo central.

Em síntese, o modelo derivado da Paz de Vestfália, confirma a existência dos Estados soberanos, territorialmente definidos, com a população podendo exercer seu credo religioso - entre protestante e católico. Estes Estados, juridicamente iguais entre si, únicos atores do sistema internacional que nos relacionamentos interestatais seguiriam seus interesses e maximização de poder.

O novo modelo teve um processo longo de implantação. A sua construção encontrou muitos percalços especialmente na questão da expansão de poder pelos Estados, na ausência de um "soberano universal" para normatizar ou arbitrar conflitos. De acordo com BOBBITT (2006), a solução foi estabelecer 8 acordos e 11 tratados bilaterais conhecidos como a Paz de Utrech³ e que pode ser entendida como a extensão da Paz de Vestfália.

³ A Paz de Utrecht, em síntese, significou a experiência de se conceber uma "constituição europeia". Nota-se já diminuição do poder dos monarcas com a substituição do "direitos" por "interesses". E importante para a configuração do Estado que passou a ser entendido como território ou "Estados Territoriais" e uma redefinição do equilíbrio de poder, conforme um dos documentos elaborados para o Congresso de Utrech, assinados pelo Duque de Berry, neto de Luis XIV: "*Uma vez que todas as potências europeias encontram-se praticamente*

O “Estado territorial” em BOBBITT (2006), justifica-se com o fortalecimento das fronteiras, com objetivo primeiro para a realização de permutas e admitindo as “Guerras de gabinete” por territórios. (BOBBITT, 2006, p. 502).

A definição fronteiriça estabelece a forma do relacionamento comercial com regras, para manutenção da paz e equilíbrio de poder com o comércio. A partir da Paz de Utrecht, 1713, são estabelecidos os acordos com tarifas alfandegárias, cobradas nas fronteiras e a cláusula da Nação mais favorecida⁴. Os limites geográficos, que eram definidos por comunidades e cidades no Estado régio, passam a ser por fronteira fixa no Estado territorial. (BOBBITT, 2006, p.502)

1.1.2 O Estado da Paz de Viena

O Estado Moderno originado com os Tratados de Vestfalia, contudo não foi suficientemente forte para prevenir ou coibir a guerra em território europeu. Com Napoleão Bonaparte, a França aspirou a hegemonia rompendo com o consenso constitucional de Utrecht, alterando significativamente o equilíbrio de poder. Entretanto, com a derrota napoleônica em Waterloo, a Europa viu-se, outra vez, palco da formulação de um novo arranjo de convivência entre os Estados. O Congresso de Viena (18 de novembro de 1814 a 9 de junho de 1915) foi o momento de reunião dos representantes dos países "com a finalidade de estabelecer uma nova ordem baseada no princípio do equilíbrio europeu". (PECEQUILLO, 2009, p. 45)

O cenário geopolítico da Europa, originado com o fim das Guerras Napoleônicas, mudou a configuração dos Estados Vestfalianos. Surge a ideia de “nação Estado”, uma forma constitucional para a sociedade de Estados", ao final do Congresso de Viena e,

arruinadas em virtude das atuais guerras, responsáveis por grande desolação das fronteiras(...) concordou-se, nas conferências e negociações de paz realizadas com a Grã-Bretanha, não só estabelecer um equilíbrio e definir limites políticos entre os reinos cujos interesses foram e ainda são alvo de uma disputa sangrenta, assegurar que o poderio de cada reino não seja motivo nem de temor e nem de inveja.” (apud in Bobitt, p. 498)

⁴ No Tomo 2 Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri 1695-1735, escrito por Jaime Cortesão, encontra-se evocada a Cáusula da Nação mais Favorecida, constitucionalizada na Paz de Utrecht: “Fato importante ocorrido em 1717 vinha revelar o estado de animosidade crescente entre os governos espanhol e portugueses, por causa ao cumprimento do Tratado de Utrecht. No seu artigo XVII estipulava-se que o comércio entre os súditos “com a mesma liberdade e segurança que havia antes da presente guerra ainda com tôdas as vantagens e privilégios concedidos ou a conceder à nação mais favorecida das que mantinha comércio nos domínios de Portugal e Espanha.” Digitalizado por Google. Disponível em books.google.com.br/books?id

posteriormente, por meio dos encontros conhecidos como Concertos Europeus. (BOBBIO, 2007).

Duas percepções fundamentais do Congresso de Viena: a) pela primeira vez, no Estado Moderno, a opinião pública é reconhecida como poder e que, portanto, deveria ser ressaltada e b) as ações dos governos podem ser submetidas ao princípio da legitimidade. O povo, nesse novo caminho, passa a ter um papel importante na realização do Estado. Nos anos de vigência da Paz de Viena houve o aprimoramento das instituições democráticas com o surgimento de partidos políticos representativos. Na esfera internacional, os Estados Europeus deveriam legitimar-se na vontade doméstica.

Neste arranjo, fundamental para compreensão e o estabelecimento da ideia de Estado, do ponto de vista europeu, que será adotada no novo mundo, nos Estados Unidos e nas colônias, a implantação da dominação para as grandes potências, sob o beneplácito institucional dos Concertos Europeus. SOMBRA (2001) é enfático quanto à hegemonia europeia:

Ao tornar-se mundial, a sociedade internacional européia montou um efetivo sistema de dominação. A expansão europeia montou um empreendimento coletivo, mas de Estados e empresas que agiam com liberdade total, por quanto submetiam-se a acordos coletivos ou intervenções concertadas segundo os padrões de conduta intra europeus. (SOMBRA, 2001, p.64)

O Congresso de Viena teve o mérito de idealizar o equilíbrio de poder como indispensável para a manutenção da estabilidade da nova sociedade de Estados europeus. A balança de poder adquire um caráter mutável e que, portanto, havia necessidade dos Concertos Europeus para a sua manutenção de equilíbrio. Diferente de Utrecht, quando as disputas territoriais eram resolvidas por “guerras limitadas”, a percepção pós Viena sobre o assunto é a de que se buscava uma composição que legitimasse o poder e mantivesse a segurança coletiva dos Estados.

1.1.2.1 Concertos Europeus: Experiência Organizacional de Hegemons

Os Concertos Europeus cumpriram a função experimental de organização para o Sistema Internacional a partir da visão estratégia dos “vencedores” e dos grandes da Europa, onde cada membro diretor procurava estabelecer a hegemonia e o pêndulo da balança de

poder da época considerada.

Os desafios impostos aos Concertos Europeus eram os de coibir possíveis levantes revolucionários e impedir o surgimento de outros líderes por meio do prestígio externo de seus membros diretores - Inglaterra, França, Áustria, Prússia e Rússia. A hegemonia de poder dos cinco países não fora suficiente para aplacar os sentimentos nacionalistas de duas grandes potências europeias: Itália e Alemanha⁵.

As identidades dos povos sem Estados (os submetidos após a derrota de Napoleão Bonaparte) foram sacrificadas para a formação e o fortalecimento dos Estados que venceram, muito semelhante ao que aconteceu sob a hegemonia napoleônica, conforme BOBBITT (2006, p.136) “em realidade, a mesma situação que acontecia com os exércitos napoleônicos que apesar de ter incorporado muitas nações (...), suprimia o nacionalismo onde quer ele fosse encontrado fora da França”.

Os processos originados e derivados do Congresso de Viena para a formatação do conceito de Estado Moderno transcorreram em longos 100 anos de aprendizados e aperfeiçoamentos desta organização superior doméstica e anárquica nos relacionamentos com os pares. Os processos estabelecidos sob a égide dos Concertos Europeus, como as revoluções industrial e de nacionalidade, as independências coloniais, a formação do novo mundo e o conceito de soberania internacional e doméstica, serão decisivos para conformação do Estado atual. Importante trazer o conceito nação Estado, que em seu primeiro estágio tem em Napoleão Bonaparte a expressão mais acabada, na concepção de BOBBITT (2006)

Para compreender o desenvolvimento da nação-Estado, o exemplo francês é particularmente ilustrativo, já que nele se encontra um líder que apreciou as demandas estratégicas que pressionavam o antigo regime (na verdade as mesmas que ameaçavam dismantelar o Diretório revolucionário) e instituiu as novidades constitucionais que transformaram o Estado. BOBBITT (2006, p.136)

⁵ A desconfiança entre os grandes da Europa, com o armamento sendo o grande trunfo do equilíbrio de poder. De um lado o nacionalismo italiano, após a divisão da Itália, clamando por unificação e do outro a Alemanha. ” Desde o Congresso de Viena a peça chave da estratégia britânica na Europa havia sido a prevenção do surgimento de uma potência dominante no continente e a ascensão da Alemanha como claro hegemom continental colocava em xeque o sistema defendido por Londres. A quebra do equilíbrio de poder, por seu turno, deu origem a um período de desconfiança generalizada que terminou por levar a uma corrida armamentista entre as grandes potências europeias. Assim, as últimas décadas do século 19 na Europa foram marcadas por um clima de desconfiança e intensa militarização, embora a hábil diplomacia de Bismarck lograsse evitar que o pior acontecesse.” William Fuji www.academia.edu/655267 consultado em 26.10.2013

Em BOBBITT (2006), "(...) o Estado-nação deriva sua legitimidade do fato de o Estado ser posto a serviço de seu povo; a nação-Estado solicita, por sua vez, que o povo sirva o Estado".(BOBBITT,2006, p.163) Quanto às relações internacionais, a experiência de atribuir uma certa ordem ao Sistema Internacional com a realização permanente dos Concertos Europeus, pôs em relevância uma possibilidade de convergência entre Estados nacionais, por meio de um instituto comum. Entretanto, não será suficiente para manter a Paz no território europeu; ao contrário, propicia uma tensão crescente entre todos, promovendo uma grande corrida armamentista e a entrada no cenário da Primeira Grande Guerra. Para o Estado nação, a que pese a passagem por duas guerras mundias, com o estabelecimento da bipolaridade de poder internacional entre os Estados Unidos e União Soviética, surgidas como resultados dessas Guerras, a sua essência permaneceu de ser o “Estado do Povo”.

1.1.3 O Estado pós Guerra Fria: breve panorama

O fim da bipolaridade teve a capacidade de promover a distensão de relacionamento entre os Estados Nacionais e despertar, por conseguinte, um movimento amplo das populações e comunidades comprimidas/reprimidas. PECEQUILLO (2009) identifica o fim da Guerra Fria como o momento no qual os "muitos conflitos sociais, éticos, políticos, estratégicos e religiosos (...) recuperam sua lógica, contrapondo-se a este suposto cenário de estabilidade entre as potências dominantes". Simbolicamente foi a queda do muro de Berlim que tirou o mundo das duas cores e estabeleceu novos paradigmas para a questão do Estado. As alterações ocorridas na atuação do Estado no início dos anos 1990 são identificadas como decorrentes da ação da chamada "globalização". CERVO (2011) aponta a globalização e a "depreciação do Estado Nacional", como pontos fundamentais e de fundo para as relações internacionais, no final do último século. O sistema pós hegemônico apresentou uma multiplicidade de atores que teriam a supremacia de repensar o sistema internacional não mais como cenário essencialmente militar ou de segurança. A nova ordem mundial teria no fator econômico e no desenvolvimento seus pilares fundamentais.

Se a Globalização pode ser entendida, em linhas gerais, como circulação de bens, serviços, mercadorias, capital e pessoas, conclui-se que o processo da Globalização remonta ao mercantilismo, com a expansão marítima europeia, passando pelo imperialismo da revolução industrial, nos pós Guerras. Contudo, a Globalização originada e expandida no

período do pós Guerra Fria traz em seu nascedouro o papel revolucinário da tecnologia. Com o fim da Guerra Fria a "globalização pós-1989 está associada ao rápido desenvolvimento tecnológico." (PECEQUILLO, 2009, p. 48). O mercado global cria o modelo de uma "globalização perversa" que para SANTOS (2001) é o ápice do processo dentro de uma perspectiva sistêmica do Capitalismo.

Um elemento da internacionalização atrai outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro. Esse sistema de forças pode levar a pensar que o mundo se encaminha para algo como homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro à mundialização da mais valia. (SANTOS, 2001, p.24)

As alterações na política externa mundial surgidas na década de 1990, determinadas pelos avanços tecnológicos, acesso às informações, o surgimento de mega cidades, crescimento de uma rede de instituições e de Organismos Internacionais, tornaram visíveis o surgimento e atuação de outros atores no cenário internacional, evidenciando o incômodo da questão da centralidade do Estado nação. Estas mudanças ocasionaram uma compartimentalização da governança. BOBBITT (2001) fala na transição para o Estado Mercado, cujo papel seria o de ser o "habilitador e árbitro; um facilitador de questões práticas." (BOBBITT, 2006, p. 435)

O Estado Moderno permitirá a atuação e a representatividade dos atores subnacionais, mais precisamente das Cidades. Para PECEQUILLO (2009),

Isso significa que há uma tendência em buscar ao mesmo tempo um poder que esteja próximo dos indivíduos no âmbito local e com qual eles se reconheçam, e um poder que está acima das fronteiras nacionais e engloba um contexto regional. (PECEQUILLO, 2009, p. 102)

A ação destes protagonistas urbanos confirmam a atuação das Cidades no cenário internacional de forma compartilhada com outros atores como ONGs e com os Estados, ainda o ator privilegiado no campo das relações internacionais. A Cidade, porém, cresce na primazia da representação social, agindo em conformidade com os novos atores que surgem e crescem em importância, diante da incapacidade do Estado em responder às necessidades locais.

CAPÍTULO 2

CIDADES E PROTAGONISMO URBANO

"Não se deve crer que cada cidadão pertence a si mesmo, mas que todos pertencem à cidade, porque cada um é parte dela."
Aristóteles

A crise do Estado nação por redução de sua capacidade de atender a expectativa de seus nacionais em situações básicas, como segurança, por exemplo, produz uma migração de poder verso aos entes subnacionais, especificamente as Cidades. Mas o que são Cidades? Que papel desempenham ou desempenharão em face à relativização do poder central e soberano do Estado nacional?

O conceito de Cidade é amplo e complexo. Entretanto, não há discordâncias quanto à definição baseada sobre a ideia da questão física e territorial, do protagonismo econômico e social do País, além da representatividade mais genuína da população.

2.1 A Cidade em Aristóteles

Ao longo da história, a cidade se viu defronte aos mutamentos frutos das transformações econômicas e de poder. O processo em curso aponta para um mundo essencialmente urbano, com aquisição de características de autosuficiência para atendimento das necessidades de seus cidadãos. Esta aproximação valorizada de cidade/comunidade-local/protagonismo internacional é responsável direta pelo esvaziamento do tradicional senso de "poder" do Estado nacional. A cidade assume funções estratégicas para a viabilidade do seu território e para o bem estar dos seus habitantes. A Cidade presencia uma nova conjuntura na qual lhe são imputadas demandas essenciais. A sua importância vital reside na ligação e

representação democrática, intrínseca à sua natureza. Esta razão de ser - ou dever ser - da Cidade encontra-se em todas as ideologias de formação e constituição, tendo em Aristóteles um referencial moderno do ideário cidade.

A ótica aristotélica aponta para a formação da cidade como um impulso natural do homem, não pelo simples poder da natureza mas no sentido de organização comunitária que tem por base a harmonia, determinada por uma ordem entre os seus habitantes. Aqui surge a ideia de governo responsável por manter a ordem. A cidade é ação organizada segundo uma hierarquia que é construída pela constituição.

A Pólis⁶ é o formato de cidade Estado que talvez exprima melhor a dimensão "política do urbano", embora esta dimensão não esteja ligada necessariamente à questão espacial, conforme ROLNIK (2009). O poder urbano é centralizado na Ágora ou grande praça que, simbolicamente, informa a separação do divino e a "aproximação do homem". De acordo MORAES NETO (2013), a cidade na perspectiva de Aristóteles é “uma comunidade que responde ao impulso da sociabilidade natural, tanto aos homens quanto a outros animais”.

A cidade em Aristóteles é um organismo vivo. Esta compreensão é importante pois dela depende a inteligibilidade das relações entre o cidadão e a cidade. Assim, a cidade não nasce de forma espontânea ou de vontade divina. Mas é, antes, resultado da intervenção criativa humana e desse modo é uma criação em constante mutação. A essência da Cidade é política. Nesta linha, ROLNIK (2009), chama atenção para a centralidade do poder que aparece no mesmo espaço político da separação e ambas "são redefinidas na Pólis grega". Deste modo, a Pólis existe para que o homem realize "sua natureza", não como uma "construção artificial", mas uma "finalidade natural" do homem.

A atualidade de Aristóteles, com sua ideia de Cidade, reside no fato de que ele a percebe além dos relacionamentos econômicos. Introduce o elemento da "comunidade" hierarquizada, onde cada habitante tem sua função. O conceito da cidade como objetivo do "*bem viver*", ou seja, um espaço físico que detem a função de criar condições de desenvolvimento para os seus habitantes. Para Aristóteles a cidade não é o Estado mas sim os cidadãos. “(...) Ela, a cidade, se organiza em função das ações participativas de semelhantes

⁶ "Por Pólis se entende uma cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembléia de cidadãos (politai). in Norberto Bobbio, Dicionário de Política, p. 946

que encontram uma justa proporção de interesses" (MORAES NETO, 2013, p. 3). E, ainda, o homem é "um animal doméstico e isto significa que ele deve gozar de todos os bens que a vida privada pode lhe oferecer".

O modelo presente na Grécia Antiga, coloca o ser humano - sem mencionar a questão da distinção de classes ou castas dos cidadãos - como centro da construção natural da comunidade onde o homem pode viver de sua produção (seja ela qual for, porque na sociedade todos tem uma função fundamental para o desenvolvimento da vida).

2.2 Globalização: Cidade Global e Mercado Mundial

“O que era a fábrica na grande organização na era industrial, é a Internet na Era da Informação” Castells

Na fase atual do sistema capitalista, percebe-se uma reinvenção do Estado Moderno como solução de continuidade, com o aparecimento e valorização dos novos atores subnacionais. A cidade centralizadora de fluxo de capital, de comércio, de gente, de uma rede periférica de serviços é, a princípio, criação e solução para este movimento global. De acordo com SASSEN (1998) “uma das características da fase atual da economia mundial é a reafirmação da importância das unidades sub-nacionais, sejam cidades globais ou regiões estratégicas como o Vale do Silício, na Califórnia”. SASSEN (1998 p 132)

Desta forma, é importante questionar: o que torna uma cidade global? Qual a preponderância do Mercado frente aos Estados nacionais? Todas as cidades consideradas globais são uniformes em importância e poder de decisão? Em linhas gerais, pode-se confirmar que a cidade global se diferencia, das demais categorias urbanas, por concentrar serviços globais, independente do número de sua população. Mas como se formou esta categoria de cidade?

PASSARELLI (2007) apresenta uma ideia de cidade construída socialmente, em constante processo coletivo e cumulativo de experiências culturais. Para a autora a cidade “acumula na sua paisagem urbana manifestações da vida social e, portanto, testemunhos de valores, culturas, memórias e identidades”. (PASSARELLI, 2007, p. 281)

Resultado da avidez de mercado, a Cidade Global expressa a face mais notória do capitalismo financeiro e dos tempos modernos. Não deve ser avaliada isoladamente, mas como estratégia da reinvenção sistêmica do capital (como relativo ao Sistema Capitalista). Segundo SASSEN (1998), “para entender como as cidades, com diferentes histórias e culturas, se transformaram econômica e socialmente em grandes cidades, é necessário examinar as transformações na economia mundial”. SASSEN(1998 p. 135) Para sedimentar, é importante perceber os critérios utilizados para identificar uma Cidade Global. Os mais significativos, conforme o estudo *The Global Cities Index 2012*, são os relacionados com as áreas econômicas e de mercados de capitais. Para tanto, considera-se o número de escritórios das mais importantes empresas mundiais em serviços, redes de bancos mundiais e de telecomunicações; fluxo de negócios gerados externamente, capital humano (percentual de presença de profissionais estrangeiros qualificados), acesso da população aos meios tecnológicos e de telecomunicações. Nota-se que a qualidade de vida ou “bem estar da população” tem importância relativa, aparecendo como critério no senso de 2012 como experiência cultural dos moradores e quantidade existente na cidade de museus e galerias de artes (com valoração em 15%).

A cidade global, em primeira instância, movimenta a economia mundial, planeja-a, administra-a e a coordena. Qualifica-se, portanto, como vetor da globalização por onde transitam os trilhões dos mercados financeiros internacionais. IGLECIAS (1999) aponta para as cidades globais como uma teia de serviços especializados tanto para o comércio quanto para a indústria. Elas centralizam as estruturas coordenadas das empresas transnacionais. Oportuno perceber a estratégia do mercado global quando o assunto é delimitar o espaço urbano, não como territorialidade física, mas como objetivo de crescimento. TAYLOR (2012), salienta que as cidades globais formam hoje tríades de cidades

O desenvolvimento da globalização contemporânea tem sido baseada na criação de duas tríades de cidades globais. O impulso inicial para a globalização econômica foi construído com a tríade Nova York -Washington- Londres. Nova York foi o principal centro financeiro, Washington o principal centro político (incluindo a governança das finanças através do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), e Londres a plataforma global fora da jurisdição dos EUA.⁷

⁷ “ *The development of contemporary globalization has been based on the creation of two city triads relating global cities to leading states. The initial impetus toward economic globalization was built on a New York-Washington-London triad, with each city having a distinct role. New York was the leading financial center, Washington the leading political center (including governance of political finance via the International Monetary Fund and World Bank), and London the global platform outside U.S. jurisdiction. The latter allowed*

O estudo é eficaz em demonstrar a estratégia em relação às cidades que melhor se adequam ao processo de globalização do Estado Moderno. Das 65 cidades convencionadas como Globais, em 2012, vê-se para onde, provavelmente, os olhos do mercado financeiro internacional se voltam. Para o autor, “o último impulso no aumento contínuo da globalização é baseado em estratégia semelhante com a tríade Xangai, Pequim, Hong Kong.”⁸ Verifica-se que global pouco significa em termos de tamanho territorial ou populacional.

Das 10 mais importantes cidades globais, conforme *The Global Cities Index 2012*, só as cidades de New York, Tóquio e Los Angeles⁹ pertencem à categoria de Metrópolis ou Megacidades. O critério vocacional para Cidade Global refere-se à capacidade da cidade para absorver as necessidades do mercado mundial. Este critério dificilmente poderia ser definido sem a participação e aquiescência do Estado nacional. SASSEN (2012) contesta, de certo modo, a visão apresentada por TAYLOR (2012), sugerindo alternativas e diversidades no jogo do mercado, substituindo tríades por redes urbanas. À propósito, mesmo tendo similaridades conceituais com o autor do ponto de vista do mercado financeiro, diverge quanto à metodologia. Para a autora, o que se percebe é que nas últimas décadas a definição futura da conformação de mundo não foi expressa pelas duas superpotências atuais, Estados Unidos e China. Mas pelas cidades organizadas em redes urbanas. Assim, “o nosso futuro geopolítico não será determinado pela combinação dos Estados Unidos e China. Será determinado boa parte por meio de 20 ou mais redes urbanas em todo o mundo” (SASSEN, 2012, p. 34).

Esta afirmação baseia-se nas diferenças de cultura e na descentralização da economia. Não existe uma cidade que preencha todos os requisitos ou que seja perfeita do ponto de vista deste mercado global, por que não existe uniformidade de empresas. Neste aspecto, a autora

for certain processes that could not take place within the leading state, notably the creation of a euro-dollar market in London as among the first steps toward globalization.” Peter Taylor. See more at: http://www.atkearney.com/gbpc/global-cities-index/full-report/asset_publisher/yA11OgZpc1DO/content/2012-global-cities.dpuconsultado em 16/10/2013 e 01/11/13. Tradução livre

⁸ “ *The latest impetus in the continuing rise of globalization is based on a very similar strategic Shanghai-Beijing-Hong Kong triad.*” Peter Taylor.: http://www.atkearney.com/gbpc/global-cities-index/full-report/-/asset_publisher/yA11OgZpc1DO/content/2012-global-cities-index/consultado em 16/10/2013 e 01/11/13.

⁹ As megacidades com mais de 10 milhões de habitantes, as três cidades globais: Tóquio com 35 milhões de habitantes, Nova York com 18,3 milhões de habitantes e Los Angeles com 12 milhões de habitantes. Somente as três megacidades localizam-se nos países desenvolvidos, com capacidades de superar as exigências urbanas por qualidade de vida. Fonte: División de Población, Departamento de Asuntos Sociales y Económicos de Naciones Unidas (2004), consultado em 26.10.2013

direciona-se para as redes de cidades como alternativa e resultados do protagonismo das cidades.

2.3 Paradiplomacia: Protagonismo Internacional da Cidade

A paradiplomacia surge como uma necessidade conceitual de se nomear uma particular situação que tomou forma com o processo visível e rápido da globalização pós Guerra Fria. A situação apontava para um tipo diferente de relacionamento internacional assumindo-se, por força das circunstâncias, como presença representativa dos atores subnacionais.

Nesta direção, e como percebe BEDIN (2011), a visão realista estadocentrista das Relações Internacionais sofre uma revés importante quebrando seu principal paradigma que é a homogeneidade do sistema internacional quando os “atores internacionais eram ou são efetivamente apenas os estados nações. O termo paradiplomacia, conforme CASTELO BRANCO (2011) é convencionado “para designar a atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados”. No Brasil, constitucionalmente, é garantido ao Estado nacional a centralidade de poder. Desde 1997, o Governo Federal procura normatizar as relações protagonizadas pelos entes federados¹⁰. A paradiplomacia, mesmo que não seja reconhecida constitucionalmente, como no caso brasileiro, é incentivada pelo estado nacional, criando-se inclusive mecanismos para agilizar sua consecução. A convivência entre a diplomacia e a paradiplomacia, torna-se necessária.

¹⁰ A Constituição Brasileira de 1987/1988, em seu artigo 21 expressa a centralidade do poder no Estado nacional: Art.21: Compete à União – I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organismos internacionais. Contudo, em paralelo à Diplomacia, o Governo Federal, procura normatizar e ser partícipe das relações promovidas pelos entes federados. Em junho de 1997, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Assessoria de Relações Federativas do Itamaraty, com a função de intermediar a ação dos governos dos estados e municípios brasileiros com os governos estrangeiros e organismos internacionais. A tentativa dos estados brasileiros, em iniciar institucionalmente o relacionamento “independente” com organismos internacionais e, posteriormente, com outros estados, começou já em 1982, com Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, antes, portanto, da promulgação da Consituição de 1988. Em seguida, 1987, o Rio do Sul, com Pedro Simon, cria sua Secretaria para Assuntos Internacionais. Hoje a necessidade imperiosa do mundo em globalização força que estados, municípios e outros entes tenham suas Assessorias ou Secretarias específicas para o relacionamento paradiplomático.

Para DIAS (2010), a diplomacia tradicional se ocupa da alta política: “os governos subnacionais (estados e municípios) constituem atores não convencionais” difíceis de serem incorporados às negociações entre estados nacionais. Já a paradiplomacia, conforme o autor, seria portada a desenvolver temas relativos à *low politics*, ou seja, temas considerados de segundo nível. Estes temas promoveriam, conforme DIAS (2010), “proteção ao meio ambiente, captação de investimentos, turismo, intercambio cultural, entre outros”. Embora, no caso brasileiro, exista efetivamente a ação dos entes subnacionais como protagonistas das relações internacionais, do ponto de vista constitucional não lhe são reconhecidas as prerrogativas do fato.

A dialética que existe no relacionamento entre o Estado nacional e as cidades, parece expor a necessidade de um aprofundamento de estudo no entendimento do fenômeno que acontece na atualidade. Por um lado, o Estado busca se fortalecer, no caso brasileiro, montando estratégias de comando através de criação de órgãos como a Secretaria de Relações Institucionais, cujo um dos pilares é assessoria nas relações externas de estados e municípios. O protagonismo das cidades brasileiras, especialmente as cidades globais ou de relevância no cenário internacional é uma realidade.¹¹ VIGEVANI (2009) constata que esta aparente dicotomia de princípios se observa em “relação à incapacidade do Estado nacional em administrar os temas subnacionais, que deveriam ser de algum modo equacionados.” O autor prossegue afirmando que a situação incomoda a diplomacia nacional, expressa na preocupação de

alguns funcionários{...} na medida em que estados e municípios passaram a articular relações externas, o que gerava situações irregulares, visto que todo o acordo internacional é atribuição do Estado nacional e deve ser aprovada pelo Senado Federal (VIGEVANI, 2009, p 62).

Em breve análise, CASTELO BRANCO (2011) reforça que a formalização da paradiplomacia poderá ser uma alternativa que somente com o tempo e o amadurecimento do arcabouço jurídico brasileiro, sobre o tema, poderão responder. Ou seja, se os Estados

¹¹ A ação do governo central brasileiro direcionada a suportar estados e municípios se materializa na criação da Assessoria de Cooperação Internacional Federativa, em 2003, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, seguindo a tendência do governo anterior. Em 2004, criou a Subchefia de Assuntos Federativos, ligada diretamente à Presidência da República. Fonte http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/assuntos_fed acessado em 10.11.2013

federados, e suas cidades e seus municípios serão reconhecidos, de direito, favorecendo-os para uma maior desenvoltura no relacionamento externo sem comprometer ou afetar o pacto federativo, conforme prerrogativa.

Há incógnita quando se imagina a cidade futura. O cenário atual indica que o mundo passa por redefinição de perspectivas e objetivos, com quebras importantes de paradigmas. A mudança se refere ao deslocamento de poder absoluto do Estado e à convivência entre este e o protagonismo crescente das Cidades e de outros atores subnacionais. O novo fenômeno, que se expressa na forma de relacionamento doméstico e internacional, cria assimetrias diferenciadas a partir da instituição da relativização do poder central do Estado no âmbito da política interna com reflexo direto no Sistema Internacional.

Para SASSEN (1997), a globalização pressupõe custos (políticos e sociais) e também oportunidades para a Cidade, que assume seu papel de ator importante no sistema internacional, junto com os Estados nacionais. Para a pesquisadora, nas características da economia global, concentram-se os recursos financeiros e o “*status*” das cidades. Tanto as empresas quanto os fluxos de capitais, necessitavam de infraestrutura, de tecnologia avançada e de recursos humanos capacitados, além de insumos especializados. SASSEN (1997) insiste que a economia mundial está formada por uma “rede transfronteiriça de pontos estratégicos”, concentrados especialmente nas cidades globais. Somente as cidades vocacionadas através de histórico e decisões políticas podem assumir a modalidade atual da reinvenção capitalista.

O grande desafio do sistema de capital financeiro é conformar sua avidez de lucro com as expectativas da população local de suas cidades. Em CASTELLS (2000), encontra-se um vínculo importante entre cidadania e o desenvolvimento deste formato econômico, apresentando uma ideia de mercados locais de tecnologia baseados em “políticas cidadãs e ambientais” que poderiam ser também utilizadas na modernização de serviços públicos até a participação popular através da internet. Situação comprovada, quando as cidades são arenas deste tipo de participação democrática. Do ponto de vista do desenvolvimento local, o autor chama a atenção para as pequenas e médias empresas, base do desenvolvimento do futuro, chamadas a fazer parte desta nova economia.

Para CASTELLS (2000), as cidades são as “chaves produtoras dos processos de geração de riqueza no novo tipo de economia” ao mesmo tempo que centralizam a capacidade de correção dos “efeitos desintegradores e destruidores de uma economia de redes (*no caso redes telemáticas*) sem nenhuma referência de valores sociais.

O protagonismo das cidades, dentro do Estado moderno, tem sua expressão mais visível com as formações de agrupamentos de subnacionais. Inicia-se no começo do século XX como tendência que se confirmará em decorrer dos 100 anos seguintes com a formação de Redes com organização a partir de objetivos e normas específicos.

As Redes de Cidades em síntese estabelecem, segundo CASTELLS & BORJA, entre outros pontos:

consolidação de espaços territoriais, econômicos, políticos, demográficos; a inserção em um sistema internacional; a obtenção de funções de liderança; a inserção de cidades, por meio das redes, em espaços de atuação superiores; [...] inserção nos sistemas de financiamento internacional. (CASTELLS & BORJA 1997, p. 321)

Esta pesquisa ilustra, como exemplos aleatórios, o resultado do crescente protagonismo das cidades por meio de algumas instituições internacionais que representam as mais importantes cidades mundiais¹². O protagonismo se concretiza por meio de organismos urbanos. Em 1913, foi fundada a União Internacional de Autoridades Locais (IULA), cuja principal intenção era o de estabelecer relações entre governos locais. Em 1957, resultado de vários encontros e diante do cenário pós Segunda Guerra Mundial, foi criada a Federação Mundial de Cidades (FMCU), “reforçando o princípio da descentralização”, autonomia e fortalecimento dos governos locais. A Associação Mundial de Grandes Metrôpoles (Metropolis) surgiu em 1985 e é uma rede internacional que agrupa grandes urbes e governos metropolitanos de todo o mundo com o objetivo de fomentar a transferência de

¹² Em 2004, em comemoração ao centenário, assumiu um novo nome como a Rede Mundial de Cidades e Governos Locais. “ La tarea de CGLU se centra en: - Aumentar el rol y la influencia de los gobiernos locales y de las organizaciones que los representan en la gobernanza global. - Ser la principal fuente de apoyo a gobiernos locales democráticos, eficientes e innovadores, próximos de la ciudadanía. - Asegurar una organización mundial democrática y eficiente. Presentes en 140 de los 191 países miembros de la ONU, los miembros de CGLU son ciudades individuales y asociaciones nacionales de gobiernos locales, que representan a la totalidad de municipios y gobiernos locales de un mismo país. ciudades de 95 países son miembros directos de CGLU. 112 asociaciones de gobiernos locales son miembros de CGLU, que representan prácticamente a todos los gobiernos locales del mundo. Europa es la región que cuenta con el mayor número de asociaciones de gobiernos locales: éstas representan el 80 por 100 de la población” .See more at: <http://www.uclg.org/es/organizacion/sobre-nosotros#sthash.dLYWNCAq.dpuf>.

conhecimentos e boas práticas urbanas.

As Redes de Cidades como forma de cooperação em expansão parece promover uma certa revolução de trabalho potencializado. A imagem da cidade do futuro, conforme o cenário urbano atual, direciona-se para um trabalho cooperativo e horizontalizado, formado por estas Redes que surgem a partir de suas necessidades específicas ou projetos comuns.

A Rede Metropolis* representa mais de 120 cidades dentre as quais seis são brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Guarulhos, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. De acordo com o site oficial, A Rede Mercocidades, instituída em 1995, inspirada em modelo da rede europeia, Eurocidades, tem a finalidade de facilitar a participação dos governos locais na integração, além de também institucionalizar a cooperação técnica entre estes governos, proporcionando a troca de experiências e o apoio nas atividades comuns.

A Rede Mercocidades** é composta por 285 cidades da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Peru e Colômbia. Fundada em 1996, a Rede é uma organização atuante nos países do Mercosul e associados. Tem por base a cooperação horizontal, como todas as redes de cidades, agindo especialmente na troca de experiências urbanas.

Agindo de acordo com a importância e o papel perante o Estado nacional, as cidades organizadas em Redes Urbanas são locomotivas para assuntos afeitos ao desenvolvimento sustentável. E são nas cidades urbanas onde os processos de Paradiplomacia e de Globalização são mais visíveis. O local de ação dos organismos internacionais que direcionam programas promotores do contraponto entre os objetivos do capital financeiro e os direitos dos habitantes.

*Associação Mundial das Grandes Metrôpoles - METROPOLIS Criada em 1985, a Associação Mundial das Grandes Metrôpoles representa aproximadamente 100 das maiores cidades do mundo (cidades e regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes). Comprometida com a missão de promover o Desenvolvimento Sustentável de Regiões Metropolitanas, a METROPOLIS possui como membros autoridades locais, regionais e metropolitanas que visam à melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Para atingir esse objetivo, a METROPOLIS opera como um foro internacional para explorar questões e inquietudes comuns a todas as grandes cidades e é reconhecida como uma das maiores representantes das regiões e áreas metropolitanas no âmbito mundial. Acesso ao site www.metropolis.org em 16.12.2013

** Para maiores conhecimentos sugere-se consultar o site www.mercociudades.org

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

O presente estudo de caso trabalhará com a aplicação de conceitos convergentes da Paradiplomacia e da Globalização, presentes nos capítulos anteriores, na cidade de São Paulo, para o entendimento do protagonismo urbano paulistano. Para tal, promove um recorte na atuação paradiplomática da cidade a partir da criação da Secretaria de Relações Internacionais e a sua participação como líder na rede URB-AL, a qual será apresentada no decorrer do trabalho.

O contexto de mudanças nas relações internacionais e o protagonismo das cidades, impulsionaram a cidade de São Paulo a atuar de forma mais organizada no sentido de uma paradiplomacia ativa. Em Junho de 2001 foi criada a Secretaria de Relações Internacionais (SMRI)¹³ com o objetivo de representar a cidade na formulação e na condução das políticas internacionais. A SMRI tratava de definir as estratégias para garantir o protagonismo de São Paulo, fomentando uma participação maior no cenário de desenvolvimento econômico internacional. Com a Secretaria de Relações Internacionais, a cidade criou uma agenda paradiplomática de inserção internacional estabelecida em eixos estratégicos, sendo os principais: participação nas redes de cidades, desenvolvimento de projetos para organizações multilaterais, acordos de cooperação com outras cidades e parceria com empresas multinacionais. O conjunto de ações externas desenvolvidas pela Secretaria foram fundamentais para promover a institucionalização de sua política de protagonismo internacional.¹⁴

A cooperação tem sido a estratégia que melhor exprime a atuação política da cidade de São Paulo, no que tange a captação de recursos e experiências cooperativas. Para

¹³ A criação da Secretaria de Relações Internacionais foi aprovada pela Lei Municipal 13165, de 5 de junho de 2001.

¹⁴ A cooperação formal envolve a assinatura de um acordo ou convênio de cooperação, ou atividades que se encaixam como complementação aos acordos de cooperação já estabelecidos pelo governo central. A cooperação não formalizada não envolve necessariamente a existência de um acordo ou convênio.. FRONZAGLIA (2005).

FRONZAGLIA (2005), “as políticas de inserção internacionais são todas as atividades que visam a participação da cidade como ator paradiplomático das relações internacionais” .

Estas iniciativas, e conseqüente resultados, são convergentes para reconhecimento da cidade de São Paulo como ator internacional de relevância. Os recursos internacionais captados pela cidade têm impactos importantes para minimizar as dicotomias entre seus cidadãos.

A ação paradiplomática alinhada com as demais cidades importa na participação nas redes de cidades, apresentada no capítulo anterior, como a Federação Mundial de Cidades (FMCU) ou na Mercocidades.

Esta pesquisa escolheu como exemplo relevante o protagonismo de cidade e de expressão de paradiplomacia, a participação de São Paulo na Rede URB-AL, que de acordo com documentos da Secretaria de Relações Internacionais, configura-se “como o principal programa sob responsabilidade da Secretaria”. Este programa de cooperação, iniciou-se antes da criação da SMRI, em 1995, e tem como objetivo incentivar a cooperação descentralizada entre cidades da Europa e da América Latina.¹⁵

A partir do Programa URB-AL, a União Européia se propõe a destinar recursos para a realização de projetos comuns, incentivando a discussão de temas relevantes para as cidades envolvidas, funcionando como um estímulo à articulação das mesmas. A identificação de problemas e soluções comuns, passam ser compartilhadas.

A importância deste programa como exemplo validado da paradiplomacia da cidade revela-se por ser uma ação reconhecida e desenvolvida “exclusivamente para fomentar a cooperação descentralizada entre as cidades da América Latina e da União Européia, não havendo participação ou ingerência dos governos centrais.”¹⁶

¹⁵ De acordo com os dados da Fundação SEADE, a cidade de São Paulo abrigava, no ano de 2000, 10,4 milhões de habitantes; um PIB de US\$ 76,7 bilhões (1997), respondia por 13% do PIB nacional e 12% do PIB industrial nacional. Além de ter recebido (em 2000) investimentos internacionais da ordem de US\$ 3,235 bilhões, disponível em www.caemi.org.br, visitado em 12.11.2013

¹⁶ A proposta do programa URB-AL é criar uma rede internacional de cidades, organizadas tematicamente, que sejam estimuladas a intercambiar experiências e estabelecer a cooperação em torno de temas de interesse comum entre as cidades. Além do envolvimento direto das cidades – sem a intervenção dos governos centrais – nesta iniciativa, outro objetivo do programa é o estímulo à participação de atores não-governamentais (fundações, organizações sindicais e instituições acadêmicas). Fonte SÃO PAULO E A REDE 10 – LUTA CONTRA A POBREZA URBANA DOCUMENTO FINAL Por: Janina Onuki.(2005) – disponível em www.caemi.org.br, visitado em

Neste recorte de protagonismo paradiplomático, a cidade de São Paulo ao coordenar o Programa Rede 10, com foco no combate à pobreza urbana, promoveu um entendimento multidimensional do tema, incluindo-se a adoção de políticas voltadas para educação, cultura, lazer, ou seja, aspectos fundamentais de inserção do cidadão urbano. Como resultado de uma paradiplomacia pro ativa, a indicação para dirigir, em 2002, um programa diretamente direcionado a um dos temas que expõe assimetria urbana: o excesso de riqueza e de pobreza convivendo em um mesmo espaço cidade. A Rede 10 do Programa URB-AL “Luta contra a pobreza urbana”¹⁷, para agir na “melhoria da qualidade das políticas públicas locais de combate à pobreza urbana nas cidades européias e latino-americanas.” ONUKI (2005)¹⁸

Neste aspecto, a paradiplomacia assume-se como realizadora destas políticas, retirando do governo central a responsabilidade nacional. Divide responsabilidade e aumenta o poder do município para atuar mais diretamente na captação de recursos, atração de investimentos privados e cooperação internacional.

A captação de recursos internacionais bastante expressivos revelam a importância da cidade, convergindo para atuação com característica de ator global, buscando no campo externo melhorias de políticas sociais locais, negociando diretamente sem interferência direta do governo central. A interação com outros atores subnacionais revelada pela participação em redes de cidades, permite a negociação para acordos pontuais.

No caso da cidade de São Paulo, a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva e a criação da Secretaria de Relações Federativas parecem ter sido fundamentais para uma maior assertividade nas relações internacionais, principalmente na ação de combate à pobreza.

04.12.2013

¹⁷ Para o Programa o conceito de “pobreza foi definido como falta de cidadania. Sendo assim, seu enfrentamento passa pela construção de cidadania, democracia e *empowerment*, dar voz às populações em situações de pobreza”.

¹⁸ O Programa Urb-Al, criado em 1995 e coordenado pela Comunidade Européia, é um exemplo de projeto que estimulou as cidades a se integrarem e a responderem de forma mais direta às demandas internacionais. Financiado pela Comunidade Europeia, tem por objetivo fomentar a cooperação descentralizada entre cidades da América Latina e da União Europeia, não havendo ingerência do governo central. O Programa propõe a organização das cidades em unidades e redes temáticas em torno de temas de interesse comum. No período de novembro de 2002 a outubro de 2005, a SMRI organizou diversas atividades com o objetivo de trocas de experiências de políticas públicas entre as mais de 100 cidades participantes da Rede. Para tanto, captou 500 mil Euros. Fonte: Urbal Regional Programme em www.ce.europa.eu visitado em 04.12.2013

Pretende-se apresentar algumas situações em relação ao posicionamento da cidade de São Paulo enquanto Metrópole Global. De acordo com o *The Global Cities Index, Ranking de 2012*, a cidade de São Paulo ocupa a 33a. posição dentre todas as Cidades Globais. A 2a. da América Latina – a cidade de Buenos Aires ocupa no mesmo Ranking o 22º posto. Uma Cidade Global deveria apresentar índices de pobreza como ainda se observa em São Paulo?

A pobreza é um “fenômeno” que polariza em nível global, interferindo na “vida dos indivíduos (...) produzindo padrões mais complexos na forma como (a pobreza) é percebida e experimentada” (BUFFONI, 1997, p 110). A globalização tem como característica ser um local de oportunidades e ao mesmo tempo de exclusão. Ainda de acordo com a autora, a pobreza não é um dado das cidades globais, mas nestas assume-se com contrastes mais visíveis. SANTOS (2001) expõe que a cidade de São Paulo vive um processo de “mundialização incompleto, seletivo e desigual”, representado por opulência e necessidades básicas, convivendo em um mesmo ambiente.

A autora italiana caracteriza três aspectos como os mais relevantes para a identificação e convivência da pobreza na Cidade Global, sendo estes:

1) a polarização das chances assimétricas de vida; 2) facilidades globais de serviços promovendo alternativas de reprodução social e 3) a percepção da pobreza relativa diante da multiculturalidade ocasionada na e pela cidade global.(...)Pobreza é e continua relativa, mas a questão é, relativa para quais pessoas? (BUFFONI, 1997, p. 112).

Para a pesquisadora a pobreza é a falta de material e de recursos culturais que são impeditivos à socialização. A partir de entrevistas em Londres e Tóquio, BUFFONI (1997) reforça algo comum e presente nas cidades globais: o deslocamento de populações atraídas por vantagens, cria um novo tipo de problema social como os isolamentos, a pobreza que as afastam do acesso a “rede global”. Promove, portanto, uma dicotomia maior entre pobreza e abundância “dissociando, então, os limites de acesso e não-acesso. Pobreza em um contexto globalizado resulta em uma mudança da realidade sendo a “pobreza” um conceito que precisa passar por constante reformulação (BUFFONI, 1997, p. 125).

Percebe-se com maior nitidez o aumento da exclusão, no mundo globalizado, seja por meio midiático ou por formação de super condomínios de luxo e de segurança. Favelas e luxo convivem em intensa e tensa batalha, na proporção que as “necessidades” criadas pelo sistema tornam-se imperiosas. CASTELLS (2006) a respeito dos trabalhadores da economia global,

reforça que mesmo que a tecnologia da informação interfira no mundo global, as pessoas, em sua maioria, não são parte do exército de executivos globais.

SANTOS (2001), ao chamar atenção para a centralidade da globalização, ou “espaços da globalização” permite repensar a cidade de São Paulo sob a ótica da globalização. Interessa ao capital financeiro criar esse conceito hegemônico de cidades mundiais ou globais. Colocar em um mesmo *index* Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo, Lagos e Dhaka. As três primeiras cidades podem ser conceituadas como globais por suas influências planetária em relação ao capital e à cultura mundial. O questionamento parece encontrar coerência em CASTELLS (2006) ao proceder com a ideia de que as cidades globais, também estas, estão em processo de construção. O fenômeno, até certo ponto recente, confirma que talvez seja esta a cidade ideal da fase do capital financeiro. A rede de cidades globais, que conta atualmente com 66 urbes, se apresenta com critérios próprios.

São Paulo cidade, a partir da conceituação de SANTOS (2001) como “ilhas de excelência globalizadas”, seria prematuro enquadrar na categoria na qual se inserem Nova York, Londres ou Tóquio. De fato, percebe-se polêmica sobre a legitimidade conceitual de caracterizar cidade global para compreender cidades de países não centrais.

Com a internacionalização do capital financeiro e sua face tecnológica, a conformação de “cidade global” ocorre em escala mundial interferindo no tecido urbano e na construção social da cidade. Para SANTOS (2002), não existe uma uniformidade de globalização no sentido de atendimento aos critérios. Mesmo Nova York ou Londres não tem sua total espacialidade e ou suas atividades absolutamente fechadas com o conceito de globalização. Mesmo com estas ressalvas, não é coerente afirmar que São Paulo e Londres são iguais. Percebe-se que as atividades fundamentais na globalização tem seus pontos nodais no território. Talvez ai resida um critério: provalvemente Nova York, Londres ou Tóquio tenham mais pontos ou centros de globalização que São Paulo.

Outro ponto que diferencia é o atendimento de questões básicas de direitos da população. Percebe-se que a cidade de São Paulo apresenta um maior índice de exclusão social se comparada com três cidades reconhecidamente globais: Londres, Nova York e

Tóquio. De acordo com a ONU os índices de IDH¹⁹, em 2012, das cidades aqui consideradas apresentavam índices de 0,94 Londres; N. York 0,93; Tóquio 0,912 e São Paulo 0,80. O reflexo do processo de globalização nestas cidades, aponta para disparidades em questões como expectativa de vida, escolaridade, renda per capita. A cidade de São Paulo, está inserida em uma dinâmica urbana como um “polo de articulação da economia brasileira”, por força da necessidade e de seu processo histórico de centralidade nacional. Convive, entretanto, com um grande déficit social.

O viés de interesse deste estudo de caso, procurou centrar neste paradoxo de cidade global e a coexistência com problemas sociais bastante ressaltados. O paradoxo, percebe-se, tem contornos dramáticos em São Paulo com distribuição da riqueza não observada, coexistindo contingentes sociais díspares. A fachada global paulistana concentra-se no que ficou reconhecido como Vetor Sudoeste²⁰ que compreende uma extensa faixa que absorve as mais importantes empresas, os especializados executivos, gestores e suas corporações transnacionais. De acordo com IGLECIAS (1999) estes profissionais dispõem de todas as condições para a tomada de decisões. Para o autor

o perfil educacional e socioeconômico que está se formando no interior das corporações presentes no vetor sudoeste e nas atividades de suporte a elas são diversos da média do restante da metrópole. O nível educacional dos funcionários nelas empregados é bastante elevado, se comparado ao mercado de trabalho paulistano e brasileiro. (IGLECIAS, 1999, p. 25)

IGLECIAS (1999) chama a atenção para a proximidade espacial entre a opulência do “Vetor Sudoeste” e a vizinhança pobre do entorno. E já não existe a necessidade recíproca entre os grupos de habitantes/trabalhadores como existiu na formação e história urbana da cidade. Há, portanto, desconexão “material e simbólica” entre as populações citadas. O autor reforça o

¹⁹ Os *Relatórios do Índice de Desenvolvimento Humano* globais anuais são publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das questões, das tendências, dos progressos e das políticas do desenvolvimento. Os recursos relacionados com o RDH de 2011 e *Relatórios* anteriores estão disponíveis em hdr.undp.org, incluindo textos completos e resumos nos principais idiomas da ONU, resumos de consultas e discussões em rede, a Série de Documentos de Investigação do Desenvolvimento Humano, boletins informativos do RDH e outros materiais de informação pública. Indicadores estatísticos, outras ferramentas de dados, mapas interativos, fichas informativas dos países e recursos informativos adicionais associados aos Relatórios estão também disponíveis de forma gratuita no site web do RDH do PNUD.

²⁰ “Vetor Sudoeste” na cidade de São Paulo: “a extensão da Avenida das Nações Unidas, também conhecida como Marginal Pinheiros, compreendida no trecho de 5 quilômetros entre a Avenida dos Bandeirantes e a Ponte Transamérica, na zona sudoeste da cidade de São Paulo” (IGLECIAS, 1999, p. 17).

aspecto do rompimento dos laços que ligam os indivíduos em sociedade:

os laços que ligam os indivíduos entre si através das relações sociais presididas por uma medida comum podem estar definitivamente rompidos sejam no circuitos superiores da economia urbana, sejam nos inferiores (Iglecias, 1999, p.21)

Ou seja, o conceito de metrópole clássica, ressalta-se, tendo o trabalho e as relações sociais como parâmetros, sofre um revés forçado pela globalização ou melhor pelas novas tecnologias que ao mesmo tempo que aproxima tem a força da segregação e o do individualismo. Neste aspecto, as cidades globais apresentam características semelhantes em menor ou maior escala. Seria o que SASSEN (1998) reconhece como a situação que ocorre com a classe média urbana e com os setores intermediários da economia que podem ter deixado as cidades.

As funções econômicas, ou de vidas transformadas ou adaptadas de São Paulo, parecem sugerir a existência das “Ilhas de Globalidade”*, como enfatizam SANTOS (1994) e IGLECIAS (1999) ao analisar as cidades não centrais. A expressão da globalização aconteceria não na cidade como um todo, mas em partes dela. Neste discurso, deixa-se uma reflexão sobre a não homogeneidade das cidades globais, enquanto categoria contemporânea do capital internacional, criado dentro do próprio conceito, e com diferenciações importantes. A literatura, conforme MARQUES E TORRES (2000), disponível para o estudo especialmente de categorias inferiores dentro do sistema globalização, é pequena em função da indisponibilidade de dados. Contudo, percebe-se claramente que a hierarquia existe entre as cidades globais. Para os autores, São Paulo, assim como outras cidades periféricas, “são cidades globais de segunda ordem”.

O que diferencia na análise dos dados disponíveis são os atributos como “desindustrialização, localização das sedes de empresas multinacionais, aumento de serviços e mercado financeiro e a outra forma é a análise relacional” (MARQUES E TORRES, 2000, p.144). Ou seja a importância da cidade nos “elos” da rede global. Neste aspecto, Nova York,

*Ilha de Globalidade, expressão cunhada para distinguir recortes urbanos, onde a cidade é preparada para vender uma imagem distante da realidade. Nesta ilha, concentram –se as grandes empresas, os altos executivos e uma certa qualidade de vida urbana. Os problemas sociais estão fora dos parâmetros geográficos e econômicos. Ilhas de aceitação internacional. NR

Londres e Tóquio são simples de serem entendidas com tal. Para as “cidades globais de segunda ordem”, como São Paulo, torna-se difícil pois “estas não concentram parte significativa do poder mundial e as atividades de comando e ligações com fluxos globais são reduzidas” (MARQUES E TORRES, 2000, p. 145). No caso, são mais “intermediadoras”. O que as tornam globais é a importância como elo de ligação e não de decisão

conectando regiões inteiras aos centros mundiais de comando de negócios (que por sua vez se conectam entre si e com as demais de segunda ordem). (MARQUES E TORRES, 2000, p. 145).

O que se ressalta neste estudo de caso é que existe uma diferenciação conceitual e de práxis nas cidades globais. Mesmo dentre as cidades centrais ou as consensualmente globais não há 100% de atividades que as caracterizariam como globais. Mas são os comandos ou poder de mando que as diferem dentro da hierarquia global. A cidade de São Paulo concentra as atividades convencionadas de globais. Mas é restrito seu poder decisivo dentro da economia global havendo “provavelmente mais pontos ou centralidades em Londres ou Nova York do que em São Paulo” (IGLECIAS, 1999). Nota-se que há características sociais e culturais que estão presentes em todas as cidades com a denominação de globalizadas, por tendencialmente centralizarem centros de arte, cultura, bens de consumos direcionados à classe dominante.

Outro fator preponderante e distintivo: o nível de desenvolvimento dos países destas da economia cidades e suas posições no sistema capitalista. Em São Paulo cidade, ressalta-se a desigualdade ainda muito forte dentre as cidades globais. De acordo com IGLECIAS (1999) São Paulo faz parte da nova dinâmica urbana mundial “como polo de articulação brasileira com os fluxos globais de capital”, entretanto, continua o autor, “convive com um grande déficit social”. Para IGLECIAS (1999), a cidade vive um típico paradoxo urbano excesso de riqueza e pobreza conviventes.

Em São Paulo, a ocorrência de uma distribuição de riqueza minimamente equânime nunca foi observada e a coexistência de contingentes sociais extremamente díspares foi sempre uma característica marcante. (IGLECIAS, 1999, p.17)

Assim, alguns questionamentos são imperativos. O que realmente significa ser global? Para quem de fato a cidade existe? Convém montar ou construir ilhas de globalidade que mantêm serviços e profissionais especializados distantes da convivência urbana de fato e de direito? Este espaço construído e arquitetado pelo Estado e setor privado interno e mundial será

mantido longe dos graves desníveis sociais, da pobreza? O Brasil espelhado em São Paulo, conseguirá manter-se dando saltos diante da comunidade internacional sem haver resolvido os desequilíbrios atávicos de sua formação? As perguntas suscitam possibilidades de análises.

No atual estágio do capitalismo financeiro de tentativa de acomodação sistêmica, a cidade assume papel importante por ser a sua face contemporânea. A população mundial é, essencialmente, urbana, e de acordo com o sitio oficial da Organização das Nações Unidas, com perspectiva de que no ano de 2050, as cidades do mundo concentrarão em torno de 70% da população mundial. Os dados disponíveis parecem indicar que conceitos sedimentados em relação à questão do Estado moderno, procuram alternativas teóricas urgentes. Na mesma direção repensar conceitualmente o papel das Cidades contemporâneas e suas válvulas objetivas de protagonismo como a Paradiplomacia, indicam vasto campo de estudos internacionais.

CONCLUSÃO: NOVOS PARADIGMAS

“Buscar conhecer representa poderosa arma para o internacionalista. Façamos bom uso dela. Mas, qual universo buscamos conhecer? Qual universo nos convém diante das novas fronteiras e dos velhos desafios permanentemente apresentados aos sujeitos cognoscentes?” Thales de Castro

O presente trabalho mais do que respostas é pleno de questionamentos. Perguntas que se movem em várias direções ao encontro de múltiplos cenários. Não é, portanto, conclusivo ou conclusivo. Algo fica latente: a premência de que os conceitos consigam indicar o entendimento do momento atual, especialmente a partir dos anos de 1990. O fim da Guerra Fria parece ter originado um novo modelo nas relações internacionais. Após a liberação da compressão do Sistema Internacional com a vitória do Capitalismo, percebe-se a busca de respostas dos estados diante de uma realidade que apontava para a supremacia do capital. A explosão da tecnologia da informação tornou-se indispensável para todo o sistema.

Com a “revolução tecnológica” que aproximou ou homogeneizou culturas com as redes interligadas de informação, formou-se novas estruturas sociais, dentre estas estão as “novas” sociedades urbanas. A Globalização ou Mundialização passou a ser sinônimo desta fase de reinvenção do Capitalismo, conformando modelos próprios. O mundo gerado é interdependente, com suas estruturas e economia globalizadas e cultura virtual.

Historicamente as cidades assumem os destinos de seus cidadãos mesmo em contraposição à política dos Estados, constituindo-se em faces e interfaces dos seus habitantes. Nota-se uma relativa mudança no relacionamento entre o Estado brasileiro e as cidades, no que se refere a interferência por parte daquele em assuntos de representatividade internacional. A cidade de São Paulo é o claro exemplo de protagonismo internacional, buscando alternativas para o seu desenvolvimento doméstico na esfera internacional, por meio de ações cooperativas.

A forma cooperativa originada com a participação em Redes de Cidades, por exemplo, expõe uma experiência relevante de interrelacionamento entre os subnacionais com objetivos e ou problemas semelhantes. Este protagonismo real exposto por meio da paradiplomacia,

reforça a maturidade destes atores e o exercício de uma agenda cooperativa, integrativa de interesse para o sistema internacional.

As cidades ocupam os espaços de protagonismo doméstico do Estado porque este não consegue responder às demandas sociais, potencializadas por uma concentração populacional urbana, exigindo reestruturação do espaço físico e de políticas das cidades. No Sistema Internacional os novos protagonistas - as cidades e as Organizações Internacionais – dividem com o Estado, ator principal e preferencial o protagonismo internacional. O Estado incentiva, divide e convive com os subnacionais numa aparente não contradição. Percebe-se, na ascensão e valorização dos subnacionais a coincidência com a necessidade de maximização de poder do Estado. Mas até quando haverá espaços de convivência? Diante do novo modelo surgido com a Globalização tecnológica, o maior desafio é o entendimento da mudança nas relações internacionais que passa pelo Estado Nacional, mas vai além dele.

A estratégia das cidades globais, pensada dentro do sistema dominante, denota a estratificação de importância e de poder. Atualmente mesmo a sua definição com critérios baseados quase que exclusivamente em resultados da ação da rede financeira, econômica ou de comércio mundial torna-se incompleta, por não apresentar com relevância o elemento do protagonismo doméstico e do indivíduo urbano. Na cidade de São Paulo, o exercício crescente da paradiplomacia, representada no presente trabalho através de sua participação direta junto às Redes de Cidades, propicia uma alternativa para buscar no espaço internacional soluções para seus problemas urbanos.

Há um movimento expresso por meio do protagonismo das cidades e de interdependência ativa que parece expor uma certa busca da “cidade perdida”, presente na ancestralidade aristotélica. Há insatisfação que move, que questiona e que denota uma perplexidade urbana com a incapacidade do sistema como um todo em promover o “bem viver”. A capital paulista apresenta esta dicotomia em servir de modelo do capital global, hierarquizada, e com profundas incapacidades sociais expressas principalmente nos bolsões de pobreza da periferia urbana e de agir nas soluções urbanas como a questão da mobilidade e da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTOTELES, Rijarda. Cidade Acessível Alterando Paradigmas Urbanos. Fortaleza, Assaré, 2012.
- BASTOS, Carlos(Diretor). Revista de Direito Constitucional e Internacional, vol 33, São Paulo, IBDC, 2000.
- BEDIN, Gilmar Antônio. Paradigmas das Relações Internacionais, Paraná, UNIJUI, 2011.
- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade, São Paulo, Paz e Terra, 2007.
- BOBBITT, Phillip. Guerra e Paz na História Moderna, São Paulo, Campus, 2006.
- BUFFONI, Laura. “Rethinking poverty in globalized conditions”. In: John EADE (ed.), Living the global city: globalization as local process. Londres/Nova York, Routledge, 1997.
- CARVALHO, Monica. Cidade Global Anotações Críticas sobre um Conceito. São Paulo em Perspectiva, vol 14 – São Paulo, 2001
- CASTELO BRANCO, Alvaro Campos, A Paradiplmacia & Entes não Centrais no Cenário Internacional, Brasília, Juruá, 2011.
- CASTELLS, Manuel & Borja Jordi. As Cidades como Atores Políticos in Revista Novos Estudos – UNIHABITAT no. 45, 1999. Disponível em www.acsmce.com.br, consultado em 26/10.2013
- _____. A Sociedade em Rede do Conhecimento à Acção Política, Imprensa Nacional, Lisboa, 2005
- CASTRO, Thales de. Teoria as Relações Internacionais, Brasília, FUNAG, 2012.
- CERVO, Luiz Amado. Hegemonia Coletiva e Equilíbrio: a construção do Mundo Liberal in Relações Internacionais, org Sombra Saraiva, Brasília, FUNAG, 2001.
- _____. Globalização, Integração e Estado Nacional, Repositório UNB. www.repositariounb.com.br, acessado em 25/10/2013.
- CONSTITUINTES, Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo, 2011.
- COMTE-SPONVILLE, André. Pequeno Tratado das Grandes Virtudes, São Paulo, Martins Fontes, 1996.

DALMO, de Abreu Dallari Jr. Teoria Geral do Estado Contemporâneo, São Paulo, Ridiel, 1990.

DIAS, Reginaldo. Gestão Ambiental Responsabilidade Social e Sustentabilidade, São Paulo, Atlas, 2011.

_____. Paradiplomacia: Tema Emergente nas Relações Internacionais in Revista Ambito Jurídico, no. 79, São Paulo, Jusbrasil, 2010.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo Império Perecerá, Brasília, UNB, 1992.

FRONZAGLIA, Mauricio. *Unidades subnacionais e Relações Internacionais. O caso da cidade de São Paulo (2001-2004)*. Unicamp, 2005.

IGLECIAS, Walter Tadeu. Resenha do livro "Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios", de Vera da Silva Telles e Robert Cabanes (Orgs.) - São Paulo: Humanitas, 2006.

KOULIOUMBA, Stamatia. São Paulo: Cidade Mundial? Evidências e Respostas de uma MetrÓpole em Transformação. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002. www.usp.edu.br consultado em 26.10.2013

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. "São Paulo no Contexto do Sistema Mundial de Cidades". In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo, no 56, março de 2000.

MARTIN, Lisa L. Interest, power and multilateralism. International Organization 46, 4, 1992 by MIT, disponível <http://www.jstor.org/stable/2706874>, visitado 20.10.2013.

MORAES NETO, J.J. Aristóteles: a política, a ética e a cidade. www.uel.br visitado em 26.10.2013.

PASSARELLI, Silvia Helena. Cidade: Impasses e Perspectivas, in Arquiteses 2, ANABLUM/FUPAM, 2007.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. Relações Internacionais, Brasília, FUNAG, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org).Relações Internacionais Dois Séculos de História (vol I e vol II), Brasília, IBRI, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SASSEN, Saskia. "A cidade global". In: L. LAVINAS et al. (orgs.). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo, ANPUR/HUCITEC, 1993.

_____.As Cidades na Economia Mundial. Tradução: Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

_____.Beyond State-to-State Geopolitics: Urban Vectors Dominate – disponível em www.atkearney.com/gbcp/globalcities-index, 2012. Visitado em 02.11.2013

TAYLOR, Peter. The Global City 2012, disponível em www.atkearney.com/gbcp/globalcities-index/full-report. Consultado em 16.10.2013 e 01.11.2013

WELFFORT, Fracisco C (Org). Os Clássicos da Política vol I, São Paulo, Atica, 1996.

WHIGT. Martin. A Política do Poder, Brasília, Campus, 2000.

VIGEVANI, Tullo et al. A Dimensão subnacional e as Relações Internacionais. São Paulo, EDUSC, 204.